

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Formação Docente

Atena Editora



 **Atena** Editora
www.atenaeditora.com.br

Ano
2018

Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
FORMAÇÃO DOCENTE**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas na educação brasileira: formação docente /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
225 p. – (Políticas Públicas na Educação Brasileira; v. 7)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-93243-80-6
DOI 10.22533/at.ed.806180204

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Professores – Formação. I. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

A COMPREENSÃO DO BRINCAR NA INFÂNCIA COMO CONSTITUINTE DA PRÁTICA DOCENTE

Jeorgeana Silva Barbosa, Janaina Silva Pontes de Oliveira, Kátia Marília Tavares de Moura Martiniano, João Pedro Andrade da Silva e Jalmira Linhares Damasceno 6

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Joyce Mariana Alves Barros e Fábio Wesley Marques dos Reis16

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA RELAÇÃO ENTRE O PIBID E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE LICENCIATURA EM BIOLOGIA

Anderson de Souza França, Clara Cristina Bezerra de Lima e Maria Aparecida dos Santos Ferreira22

CAPÍTULO IV

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Danuska Guedes de Freitas Cavalcanti e Mário Luiz Farias Cavalcanti34

CAPÍTULO V

A TRANSVERSALIDADE DO ESPORTE NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Marlon Messias Santana Cruz, Pedro Alves Castro, Ana Gabriela Alves Medeiros e Sebastião Carlos dos Santos Carvalho44

CAPÍTULO VI

AS ATUAIS EXIGÊNCIAS FORMATIVAS PARA O CURSO DE PEDAGOGIA: O QUE PENSAM AS PROFESSORAS FORMADORAS?

Kardenia Almeida Moreira e Francisco das Chagas Silva Souza55

CAPÍTULO VII

AS CONTRIBUIÇÕES DO PIBID PARA A FORMAÇÃO DOCENTE DOS EGRESSOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ-CAMPUS MACAPÁ

Darlene do Socorro Del-Tetto Minervino, Neliane Alves de Freitas e Adriana Lucena de Sales67

CAPÍTULO VIII

AS PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS ESCOLARES SOBRE CLIMA SOCIAL DE ESTUDANTES EM FORMAÇÃO ACERCA DO PROGRAMA GOLDEN

Rita Aparecida Marques da Silva e Rita de Cássia de Souza85

CAPÍTULO IX

AS PRÁTICAS DE SI E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO FORMATIVO DOCENTE

Fernanda Antônia Barbosa da Mota e Maria Carolina dos Santos Ferreira.....99

CAPÍTULO X

BREVE APORTE SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES A PARTIR DOS DILEMAS DA REALIDADE EDUCACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Joseilma Ramalho Celestino, Maria de Fátima Moraes de Souza e Sílvio César Lopes da Silva..... 109

CAPÍTULO XI

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: O PIBID E SEUS ENCAMINHAMENTOS

Elaine Cunha Vieira, Elis Regina de Araújo Almeida, Irecer Portela Figueiredo Santos e Raylson Rodrigues dos Santos..... 122

CAPÍTULO XII

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM OLHAR PARA OS REGISTROS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Solange de Abreu Moura da Silva e Edwiges Francisca dos Santos..... 137

CAPÍTULO XIII

FORMAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE AO ARTIGO 26 A DA LDB

Frizete de Oliveira e Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem..... 144

CAPÍTULO XIV

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NUMA PERSPECTIVA DE ORIENTAR PESQUISAS PARA MONOGRAFIA: UMA EXPERIÊNCIA NA FACIG

Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti, Jorge Henrique Duarte e José Santos Pereira 157

CAPÍTULO XV

O NÚCLEO CENTRAL DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA COMPARTILHADA POR PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

Renata da Costa Lima e Maria da Conceição Carrilho de Aguiar 167

CAPÍTULO XVI

O PROFESSOR DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DA CARREIRA

Daiana Estrela Ferreira Barbosa e Pedro Lúcio Barboza..... 180

CAPÍTULO XVII

PERCEPÇÕES DE PEDAGOGOS (AS) EM RELAÇÃO ÀS SUAS QUALIFICAÇÕES
PROFISSIONAIS AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS CONSIDERADAS PÚBLICO ALVO DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ellen Rose Galvão Helal e Thelma Helena Costa Chahini..... 192

CAPÍTULO XVIII

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO -
PNE (2014-2024): PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO

*Saulo José Veloso de Andrade, Patrícia Cristina de Aragão Araújo e Antônio Roberto
Faustino da Costa*..... 204

Sobre os autores.....217

CAPÍTULO XIII

FORMAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE AO ARTIGO 26 A DA LDB

**Frizete de Oliveira
Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem**

FORMAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE AO ARTIGO 26 A DA LDB

Frizete de Oliveira

Universidade de Brasília – UnB

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF

Brasília – Distrito Federal – DF

Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem

Universidade de Brasília – UnB

Brasília – Distrito Federal – DF

RESUMO: Esta pesquisa desenvolveu-se no transcorrer do Curso de Especialização em “Docência na Educação Infantil” entre os anos de 2014 a 2015. Procuramos analisar e debater como a formação de professores se efetiva frente ao artigo 26 A da LDB no espaço de Coordenação Pedagógica, de modo a promover o respeito à diversidade étnica. Analisar o impacto que a legislação dispõe para normatizar e orientar as práticas pedagógicas que atendam a uma educação das relações étnico-raciais, já na Educação Infantil, primeira fase da educação básica. Nosso ponto de partida, foi o diagnóstico acerca dos conhecimentos que os docentes que atuam com crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, numa escola pública do Distrito Federal, já dispunham sobre essa legislação. Procuramos desenvolver uma abordagem teórico-metodológica de cunho qualitativo, numa perspectiva histórico cultural proposta por Vigotski (2001) e com aporte da Subjetividade de González Rey (2003, 2005). Utilizamos como instrumentos, entrevistas e debates a partir da análise de cenas e situações ocorridas no ambiente escolar. Elaboramos, com a participação dos sujeitos da pesquisa (professores e coordenadores), materiais e estratégias pedagógicas variadas (oficinas, estudos, esquetes, fantoches, músicas, instrumentos de percussão) a fim de intervir no contexto e nos episódios debatidos. Quase a totalidade dos professores participantes da pesquisa demonstrou algum conhecimento sobre a legislação ou sobre a temática das relações étnico-raciais e já planejavam intervenções pedagógicas que eram discutidas no grande grupo, como forma de atuarem com esse tema junto às crianças, constituindo assim, espaço de formação pedagógica.

PALAVRAS-CHAVE: Formação e Prática Pedagógica. Legislação. Relações Étnico-raciais. Educação Infantil.

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. (Paulo Freire)

A legislação pode ser a palavra em ação.

1- INTRODUÇÃO

Vários são os autores que abordam a formação e a prática pedagógica como basilares no processo de ensino-aprendizagem. Referendamos tal premissa e acreditamos que a ação docente pode contribuir para mudança de paradigmas,

instituindo valores e concepções. No entanto, defendemos que seus conhecimentos estejam conectados com a realidade social vivenciada e que desenvolva uma postura investigativa e autorreflexiva, comprometida com uma Educação Libertadora.

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é a prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (FREIRE, 2002, p.20).

É inegável que o preconceito racial ainda se faz presente na sociedade brasileira, apesar de nossa origem multiétnica. Trazemos os resquícios das concepções arcaicas da escravidão, onde negros e índios foram subjugados e humilhados. O reconhecimento destes sujeitos como integrantes da sociedade e sua aceitação tem se dado a partir de vários embates, inclusive políticos, que se travaram na efetivação de nosso ordenamento legal.

Portanto, nos parece frutífero investigar qual o conhecimento que os professores que atuam com crianças da Educação Infantil possuem sobre a legislação em prol de uma educação das relações étnico-raciais, em especial o artigo 26-A da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como forma de situá-lhes e evolver-lhes nesta temática, refletindo sobre o alcance de suas ações no cotidiano escolar e na formação destes educandos.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

Nosso objetivo geral neste estudo foi identificar como tem acontecido na escola a formação e a prática pedagógica de professores da Educação Infantil para tratar as questões étnico-raciais a partir do artigo 26-A da LDB.

E como objetivo específico verificar quais aspectos do cotidiano, presentes nas relações sociais, notadamente no ambiente escolar, apontam para a necessidade desta materialização na legislatura (necessidade deste artigo) e qual sua contribuição para organizar, orientar e planejar ações em prol de uma Educação fundamentada na inclusão e no respeito à diversidade étnica.

2- CONTEXTO DA PESQUISA

Nossas proposições e discussões decorreram de pesquisa de campo realizada durante o curso de Especialização em “Docência na Educação Infantil” entre 2014 a 2015 promovido pelo Ministério da Educação em parceria com a SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e FE/UnB – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Procuramos desenvolver neste estudo, uma abordagem qualitativa com aporte teórico-metodológico nas obras de Vigotski (2001) e na Epistemologia Qualitativa de González Rey (2003, 2005), que ressalta o

caráter construtivo interpretativo, dialógico e singular na construção do conhecimento e a categoria Subjetividade como um caminho orientador nas pesquisas sociais.

Nosso ponto de partida, foi o diagnóstico dos conhecimentos que estes docentes que atuam com as crianças na faixa etária de 4 a 6 anos já dispunham acerca da legislação vigente, juntamente com questões norteadoras sobre a temática, surgidas no decorrer do estudo. Em uma ocasião de planejamento coletivo quinzenal (onde os professores regentes trocam informações e organizam temas e ou atividades a serem realizadas com as crianças), foi relatado um episódio no qual algumas crianças brincavam de serem ‘miss’. Era um momento de ‘brincadeiras livres’ (elas escolhiam a brincadeira ou brinquedo e o modo como queriam brincar – se sozinho ou com outros colegas) e dispunham de jogos, brinquedos, fantasias e adereços. A professora conta que observou por alguns minutos o desenrolar de uma brincadeira entre algumas meninas. Uma delas, com características do grupo étnico negro (pele, olhos e cabelos pretos e crespo), pegou uma coroa de brinquedo e a colocou na cabeça, preparando-se para desfilar, dizendo ser uma miss. Imediatamente, foi interrompida por outra colega de pele, cabelos e olhos claros, que afirmava categoricamente que não existia ‘miss preta’. Ao observar a cena, a professora interveio, também indagando a colega o motivo de não poder existir ‘miss preta’, quem lhe dissera não haver miss negra. A menina de pele clara, justificou dizendo que “não fica bonito o batom, o gloss não combina”. A docente ainda insistiu, perguntando o porquê não combinava, a menina sustentou sua opinião, dizendo que achava feio, que “não dava pra ver a cor do batom”.

Deste episódio emergiram as seguintes questões:

- A criança que está inserida no contexto escolar e ampliando suas práticas e interações sociais, já não deve ter acesso ao estudo de culturas que constituem nossa base étnica?
- Já não é capaz de identificar episódios que remetam às questões étnico-raciais a partir de seu próprio contexto e repertório (mundo da imaginação, das descobertas e brincadeiras)?
- Não seria esse o momento propício e profícuo para promover vivências de respeito ao outro e sua diversidade nos mais variados aspectos, inclusive étnicos?
- Como a legislação pode contribuir para esse entendimento junto aos professores e impactar sua formação no próprio espaço de coordenação pedagógica e planejamento coletivo e na atuação com essas crianças em suas peculiaridades?

Estes questionamentos serviram de referência para o roteiro da entrevista destinada a equipe docente formada por 20 professoras regentes, 2 professoras readaptadas e 3 coordenadoras pedagógicas. Todas com formação superior, sendo quase a totalidade na Pedagogia (20) e apenas duas nos cursos de História e Letras. Destas, cinco com cursos de especialização na área da Educação.

Essa entrevista buscava o diagnóstico sobre os conhecimentos que os docentes dispunham sobre a legislação pertinente à Educação Infantil (se já

conheciam o artigo 26 A da LDB e o que ele poderia contribuir no processo ensino-aprendizagem das crianças nesta faixa etária; quais outros documentos norteavam o planejamento das atividades pedagógicas com as crianças; qual importância atribuíam a este aparato legal, dentre outras questões). Após esse diagnóstico, promovemos o debate de outras cenas e situações ocorridas no ambiente escolar, tal como a situação detonadora da pesquisa, citada anteriormente (brincadeira de miss). Elaboramos, com a participação dos sujeitos colaboradores da pesquisa (22 professoras e 3 coordenadoras), materiais e estratégias pedagógicas variadas (oficinas, estudos, esquetes, fantoches, músicas, instrumentos de percussão) a fim de intervir no contexto e nos episódios debatidos. A escola dispunha de projetos pedagógicos específicos, que visavam trabalhar de maneira lúdica, conceitos, atitudes e temas demandados pelas crianças, no decorrer do ano letivo, tais como: alimentação saudável; desenvolvimento do grafismo; gosto pela leitura; cuidado com meio ambiente; respeito e valorização das diferenças, dentre outros que surgissem, ou seja, estes docentes buscavam atender às demandas de seus discentes.

3- COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO COLETIVA

Não temos o intuito, de discutir como a formação de professores tem se efetivado ao longo dos anos em nosso cenário educacional, nem elencar ou ressaltar uma ou outra competência pedagógica necessária ao processo de ensino-aprendizagem, mas observar como a coordenação pedagógica e ou planejamento coletivo pode constituir espaços privilegiados de formação do professor, partindo da legislação, neste caso, do artigo 26 A da LDB.

Compreendendo que a ação pedagógica pode agir nas estruturas de significação do sujeito, ou seja, em sua subjetividade e que esta se constitui dialeticamente com o contexto sócio-histórico-cultural, não podemos ignorar seu caráter semiótico e suas implicações no processo ensino-aprendizagem. González Rey (2003; 2005) define assim subjetividade:

[...] representação da psique em uma nova dimensão complexa, sistêmica, dialógica e dialética, definida como espaço ontológico. (p.75).

A organização dos processos de sentido e de significação que aparecem e se organizam de diferentes formas e em diferentes níveis no sujeito e na personalidade, assim como nos diferentes espaços sociais em que o sujeito atua. (p.15).

Ainda segundo González Rey (2003), a subjetividade individual se configura e se estrutura a partir do social, das relações concretas entre sujeitos, considerando os sentidos subjetivos que motivam esse indivíduo, sua história de vida e suas emoções. Desta forma, todos os aspectos comportamentais evidenciados pelo indivíduo, são elementos de sentido subjetivo, expressos em suas atividades cotidianas.

Focamos nosso olhar sobre a ação pedagógica, acreditando em seu potencial mediador e produtor de sentidos, resultante da interação entre os elementos desta relação, no caso específico, na relação professor/aluno, ainda que, por vezes, estes educandos sejam vistos como inexperientes e imaturos por estarem no início de sua escolarização (como é o caso dos sujeitos da educação infantil).

Defendemos que a formação de professores constitui uma ferramenta valiosa para qualificar a ação pedagógica – configurada e manifestada também em suas práticas (ações). Qualificá-la no sentido de torná-la autorreflexiva, analítica, comprometida, embasada (práxis). Assim, a ação pedagógica pode fomentar e mediar o conhecimento, tornando-o significativo ao sujeito que o apreende, o internaliza.

Desta forma, acreditamos que a ação pedagógica desempenha um papel importante na formação de conceitos, conhecimentos e na instituição de valores e também preconceitos. Mais que isso, entendendo-a como um ato social, ela pode contribuir para gerar significações ao sujeito que interage nesta relação dialógica e, portanto, instituir novos paradigmas e concepções conforme nos aponta Filice:

[...] por entender a totalidade de pensamentos como resultado da produção efetiva do mundo, o racismo não é percebido como um ato de pensar descolado da realidade, mas como a representação do concreto vivido, daí ser apresentado como um conceito que resulta da práxis. (FILICE 2011, p.3).

González Rey define a subjetividade como “um sistema complexo capaz de expressar através dos sentidos subjetivos a diversidade de aspectos objetivos da vida social” (2005, p.19). Os sentidos subjetivos organizam e significam as atividades humanas a partir de processos simbólicos e de suas emoções produzidos pela cultura e a multiplicidade de aspectos que caracterizam sua vida social e histórica. Portanto, estes processos, devido sua singularidade são imprevisíveis e implicam reconhecer, acolher, se comprometer, interagir com o sujeito e ou a situação em estudo/pesquisa. Este aspecto rompe com a visão de imparcialidade e neutralidade do pesquisador.

Nesta perspectiva, o conhecimento resulta de uma produção que se constrói a partir do diálogo, da comunicação e da complexa interação entre sujeitos (inclusive a do próprio pesquisador) com a realidade vivida e experienciada. Trata-se de considerar o conhecimento como uma construção e uma produção humanas. Trata-se de utilizar a subjetividade como uma categoria ontológica, constitutiva, do processo de pesquisa nos reportando a uma complexidade que lhe é inerente, sistêmica, multidimensional, inter-relacional, rompendo com a lógica determinista, mecanicista de se realizar pesquisa.

A subjetividade é uma categoria tanto da psicologia, como também de todas as ciências antropossociais, ela é uma dimensão presente em todos os fenômenos da cultura, da sociedade e do homem; ademais, acrescenta uma dimensão qualitativa às ciências, marcando, pois, as questões

epistemológicas e metodológicas desse campo. (GONZÁLEZ REY, 2005 p. 22)

Vygotsky (2001) também destaca que as relações do indivíduo com seu meio social tornam-se essenciais para o desenvolvimento das funções intelectuais superiores (memória, abstração, atenção, raciocínio lógico). Segundo o autor, o que nos diferencia de outras espécies e nos faz especificamente humanos, é nossa capacidade de criar e de operar com signos e instrumentos produzidos pela cultura. E a cultura nos é repassada de geração a geração por meio desse processo de interação, de trocas e de envolvimento.

Neste sentido, defendemos que a ação pedagógica pode agir/atuar nas estruturas de significação do sujeito, ou seja, em sua subjetividade e que esta se constitui dialeticamente com o contexto sócio-histórico-cultural, ativando o caráter semiótico e trazendo outras implicações ao processo ensino-aprendizagem. Este processo, então, deve ser visto e analisado sob uma perspectiva também dialética, multifacetada, dinâmica, processual e de mútua reciprocidade, sem ser um mero reflexo do social no indivíduo/sujeito, pois este também interage, se recompõe e atua nesta relação.

Vygotsky, ao destacar a importância das interações sociais, traz a ideia da mediação e da internalização como aspectos fundamentais para a aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo, defendendo que a construção do conhecimento ocorre a partir de um intenso processo de interação entre as pessoas. Portanto, é a partir de sua inserção na cultura já disseminada nos diversos ambientes e contextos sociais, inclusive a escola, que a criança, apreende informações, significa/symboliza suas ações e dos 'outros sociais' promovendo seu desenvolvimento global (físico, afetivo, psicomotor). Afirma que "todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois no nível individual; primeiro entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapicológica)". (VYGOTSKY, 1994, p. 75).

Podemos então, partir do artigo 26-A da LDB que estabelece o estudo e a valorização das culturas que constituem nossa base étnica (africana e indígena), fortalecer nossa identidade nacional, formar e qualificar ações pedagógicas capazes de promover convicções antirracistas, de respeito às diferenças, abertas à diversidade, em prol da equidade. Para que isso ocorra, se faz necessário, portanto, repensar os espaços e tempos de coordenação pedagógica (as ações de planejamento, estudo, organização de atividades e tarefas elaboradas pelos professores para suporte e ou direcionamento das atividades de ensino aprendizagem junto aos alunos) ou planejamento coletivo, como lócus privilegiado de interação entre os professores, de modo que a formação continuada se estabeleça neste ínterim. Portanto, compreendemos como formação continuada:

[...] são iniciativas de formação que acompanham a vida profissional dos sujeitos. Apresenta formato e duração diferenciada, assumindo a perspectiva de formação como processo. Tanto pode ter origem na iniciativa dos interessados como pode inserir-se em programas institucionais. (CUNHA, 2003 apud PINTO et al, 2010, p. 8).

4- RESULTADOS E ANÁLISE

Percebemos que a prática pedagógica dos docentes que atuam na Educação Infantil (no contexto e cenário deste estudo) era também orientada pelo artigo 26 A da LDB (tema deste estudo), pois 90% dos docentes já dispunham de algum conhecimento acerca deste artigo e já desenvolviam, mesmo que, em épocas pontuais, algumas atividades e ou estratégias que atendiam ao que preconiza este artigo. Ao menos em termos de legislação/documentação, o conhecimento sobre as diferentes culturas (afro-brasileira e indígenas) e a convivência e valorização da diversidade étnica eram levadas em consideração, pela maioria destes educadores, haja vista que também eram discutidas no espaço de coordenação coletiva, nos planejamentos quinzenais.

Acreditamos que o preconceito racial ainda se faz presente na sociedade brasileira, nos mais variados ambientes sociais, inclusive na escola, e que a valorização e o respeito a diversidade se constroem a partir do conhecimento e de atitudes demandadas por seus agentes sociais. Neste sentido, buscamos desenvolver um caminho teórico-metodológico numa perspectiva sócio-histórico-cultural, entrelaçada pela subjetividade que nos constitui como seres únicos na maneira de sentir, interagir e ressignificar, a partir do 'outro social' e das interações e vivências dos sujeitos.

Em nosso entendimento, ações de valorização e respeito às diferentes culturas iniciam-se com a concepção e os conhecimentos que o educador tem sobre essa temática e se fortalece na medida em que a formação continuada oferece ao educador subsídios (teórico-práticos e instrumentais) que fundamentem e orientem sua prática pedagógica (práxis).

Há que se buscar o envolvimento e o comprometimento deste profissional, deste sujeito que interage com seus pares e em seu momento sócio-histórico-cultural. Como podemos valorizar aquilo que desconhecemos? Algo que nos é estranho, distante? Percebemos que muito do preconceito que se instaura e se cristaliza em nossas ações cotidianas, resulta deste distanciamento, da falta de empatia e envolvimento. Precisamos ultrapassar os muros da escola e envolver, a comunidade local, estabelecendo uma relação de diálogo e de interlocução.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos negar que o preconceito se instaura porque há uma naturalização e empatia de sujeitos sociais quanto a essa concepção em nossa sociedade. Destacamos que a prática pedagógica, como uma ação de interação, como qualificadora da ação docente, tem sua importância na formação de conceitos e valores dos educandos.

A influência da Mídia, meios de comunicação televisivos, jornais, revistas, cinema, entre outros, aliada ao pouco conhecimento acerca de outras culturas e civilizações contribuem na formação de preconceitos e visões estereotipadas de indivíduos e ou sociedades. O negro e o indígena, em especial, sempre foram focados numa perspectiva de inferioridade, de submissão, de desvalia, resquícios de nossa colonização. Intervir de maneira positiva e propositiva na contramão desta naturalização tem sido o caminho buscado pela educação para formar outras concepções/mentalidades. O ordenamento jurídico que vem se instaurando frente a essa temática, é resultado de ações de embate, de desvelamento da herança nefasta que nos foi imposta durante séculos de escravidão. Voltamos a enfatizar que o conhecimento sobre a legislação, por si só, não garante que essa mudança de concepção se efetive, no entanto, acreditamos ser um aliado e impulsionador de tais mudanças.

Pudemos identificar cenas pontuais de ações de discriminação racial por parte de algumas crianças, em suas interações com seus pares, algo que já nos autoriza a afirmar que essas situações, presentes no cotidiano e na dinâmica escolar, já apontam para a necessidade de se abordar esse tema o mais precoce possível e de levar ao conhecimento dos professores a legislatura pertinente, a fim de contribuir para uma Educação fundamentada na inclusão e no respeito à diversidade.

Não podemos afirmar quanto a tais atitudes nas relações entre docentes e destes com seus alunos, pois este cenário da pesquisa (recorte da pesquisa) seria mais amplo e demandaria um o olhar mais abrangente.

Desta forma, nossa indagação inicial, quanto aos aspectos que emergem do cotidiano escolar e que nos apontam para uma necessidade de haver uma legislação específica, como no caso do artigo 26-A e outros, em nosso entendimento, fora respondida. Muito embora seja um recorte pequeno, este constitui-se nas relações sociais genuínas do contexto escolar, refletindo em nível micro, aspectos da sociedade e das relações sociais em nível macro.

Quanto a indagação sobre a contribuição desta legislação na organização, orientação e planejamento das estratégias docentes em prol da construção de atitudes de respeito e valorização da diversidade, podemos afirmar que esta equipe de docentes busca atender a esta pauta. Nesta escola, foi possível a constatação do conhecimento desta legislação por grande parte dos educadores. Relataram que a equipe de coordenação pedagógica organiza os momentos de coordenação coletiva com estudos e debates sobre documentos norteadores (currículo, legislação e portarias que dizem respeito ao trabalho pedagógico), temas de interesse e dificuldades apontados por eles.

Na elaboração das atividades a serem desenvolvidas com as crianças, os professores utilizam também outros documentos que servem de referência aos planejamentos quinzenais coletivos, tais como o DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – e o Currículo Em Movimento – Primeiro Ciclo - Educação Infantil do DF. Em tais documentos há recomendações e orientações para o desenvolvimento de ações de conhecimento, valorização e respeito às diferentes culturas (africanas, afro-brasileira, indígena, asiáticas, europeias e americanas),

almejando a construção de posturas antirracistas, antissexistas, anti-homofóbica, antibullying.

Embora a preocupação com educação para a diversidade e das relações étnico-raciais se faça presente, nesta escola, ainda se mantém restrita ao trabalho com os educandos e em estratégias ou datas pontuais, ou que subjazem a outros temas abordados durante o ano letivo (Semana de Educação para a vida, Semana do trânsito, Semana de valorização da Pessoa com Necessidades Educativas Especiais, Semana do Folclore etc.). Além disso, não há no Projeto Político Pedagógico da escola a preocupação e ou diretrizes quanto a tal temática.

Uma estratégia valiosa que utilizam no início do ano letivo e que visa maior aproximação e diagnóstico da comunidade escolar é um questionário socioeconômico dirigido às famílias das crianças. Este instrumento busca conhecer os hábitos das crianças e suas famílias quanto sua designação de raça/cor, religião, quantidade de membros da família, lazer, moradia, atividades extraclasse, hábitos alimentares, entre outros. Este valioso instrumento poderia ser ainda melhor aproveitado para discussão da temática das relações étnico-raciais e, por conseguinte, maior envolvimento dos pais, caso fosse melhor explorado nos momentos de coordenação coletiva, pois os dados ficam tabulados de maneira geral e só são revisitados se algum professor requisitar, não havendo um debate coletivo para expor as informações com finalidade diagnóstica.

A equipe gestora também coopera neste sentido, pois se predispõe a uma gestão democrática e participativa, busca encaminhar as demandas da comunidade escolar e da SEE/DF, (dispostas em suas portarias, ofícios, etc.) de forma organizada e conciliadora e dar o suporte adequado aos professores (quanto a disponibilidade de materiais diversos, planejamento pedagógico, transparência na utilização de recursos financeiros).

Mais que uma análise documental, pretendíamos estabelecer o diálogo com os docentes que atuam com crianças da Educação Infantil, de modo a instiga-los, convidá-los a uma postura questionadora e reflexiva acerca das relações étnico-raciais a partir das ações pedagógicas que são planejadas e desenvolvidas no espaço de coordenação pedagógica (espaço de formação) e das proposições que dispomos na legislação para orientação deste trabalho pedagógico. (o artigo 26 A).

Ainda temos que trilhar outros caminhos e empreender outras formas de construir um percurso de investigação capaz de indicar como estes sujeitos percebem, concebem e identificam episódios de racismo e preconceitos nas interações com seus alunos e sujeitos da comunidade escolar em geral; qual o impacto ou relevância destes fenômenos na aprendizagem, no modo de conhecer e conceber a realidade; como eles próprios se percebem diante deste contexto; Se estes sujeitos sentem-se atendidos pela legislação vigente; se este pequeno cenário (recorte) reflete o pensamento docente e a realidade das escolas públicas que oferecem a Educação Infantil, no DF ou em outros municípios ou estados brasileiros.

Creemos ser um campo promissor para futuras investigações e seus desdobramentos poderão trazer importantes contribuições para a Educação.

Deixamos aqui registrados o desejo de que outras investigações se estabeleçam para aprofundamento desta temática.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11283-educa-infantis-conceituais&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em set. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]**. – 8. ed. – Brasília: 2013. Disponível em: <www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/822>. Acesso em: 10 out. 2014.

BRZEZINSKI, Iria. (Org.). **LDB/1996 Contemporânea: contradições, tensões, compromissos**. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALLERO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na Educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. Coleção Ciências Sociais Passo-a-passo, 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CORSARO, William, A. **Sociologia da Infância**. Tradução: Lia Gabriele Regius Reis. São Paulo: Artmed, 2011.

FILICE, Renísia Cristina Garcia. **Raça e Classe na Gestão da Educação Básica**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Sujeito e Subjetividade: uma aproximação**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

_____. **Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

MARQUES, A. S. de Eliana; CARVALHO, de C. V. Maria. **Vivência e afetação na sala de aula: Um diálogo entre Vigotski e Espinosa**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 41-50, jan.-jun. 2014. Disponível em: <www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/822>. Acesso em: 10 out.2014.

PINTO, L., Lúcia Carmem et al. **Formação Continuada de Professores: Ampliando a Compreensão Acerca Deste Conceito**. Revista Thema, 2010. Disponível em: <revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/download/19/19>. Acesso em: 10 out. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Infantil**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://issuu.com/sedf/docs/2-educacao-infantil>>. Acesso em: maio, 2014.

SANTOS, Sales Augusto dos. (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Carmem Virgínia Moraes da. & FRANCISCHINI, Rosângela. **O surgimento da Educação Infantil na História das Políticas Públicas para a Criança no Brasil**. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/746/718>>. Acesso em out. 2015.

SILVA JR, Hédio. (Org.) **Estatuto da Igualdade Racial: nova Estatura para o Brasil**. Disponível em: <www.ceert.org.br/publicacoes/>. Acesso em nov. 2014.

TACCA, Maria Carmem Vilela Rosa (Org.). **Aprendizagem e Trabalho pedagógico**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2006.

YIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ABSTRACT: This research was developed during the course of Specialization in "Teaching in Early Childhood Education" between the years 2014 to 2015. We sought to analyze and discuss how teacher training is effective against LDB Article 26 A in the Coordination space in order to promote respect for ethnic diversity. To analyze the impact that the legislation has to regulate and guide the pedagogical practices that attend to an education of ethnic-racial relations, already in Early Childhood Education, the first phase of basic education. Our starting point was the diagnosis about the knowledge that teachers who work with children between 4 and 6 years of age in a public school in the Federal District already had this legislation. We seek to develop a qualitative theoretical-methodological approach, in a cultural historical perspective proposed by Vigotski (2001) and with the Subjectivity contribution of González Rey (2003, 2005). We use as instruments, interviews and debates from the analysis of scenes and situations that occurred in the school environment. We developed, with the participation of teachers and coordinators, varied materials and pedagogical strategies (workshops, studies, puppets, music, percussion instruments) in order to intervene in the context and in the episodes debated. Almost all the teachers participating in the research showed some knowledge about the legislation or the subject of ethnic-racial relations and already planned pedagogical interventions that were discussed in the large group, as a way to act with this theme with the children, thus constituting space pedagogical.

KEYWORDS: Pedagogical Formation and Practice. Legislation. Ethnic-racial relations. Child education.

Sobre os autores

Adriana Lucena de Sales Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. Graduação em Licenciatura em Química pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba. Líder do Grupo de pesquisa Qui-Educa. Coordenadora de área do Pibid pela Capes. adriana.sales@ifap.edu.br

Ana Gabriela Alves Medeiros Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XII; Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Mestrado em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Doutoranda em Ciências do Esporte pela Universidade do Porto (UP) - Portugal; Grupo de pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer – AGENTE; E-mail: gabimedeirosef@gmail.com

Anderson de Souza França Graduação em Licenciatura em Biologia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail para contato: andersonfranca956@gmail.com

Antônio Roberto Faustino da Costa Professor da Universidade Estadual da Paraíba; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Formação de Professores e de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba; Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba; Mestrado em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba; Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba

Clara Cristina Bezerra de Lima Graduação em Licenciatura em Biologia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail para contato: clara95_@outlook.com

Daiana Estrela Ferreira Barbosa Possui Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Estadual da Paraíba (2012). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual da Paraíba (2017). Tem experiência nas áreas de Matemática e Educação Matemática. E-mail para contato: daiana.estrela@hotmail.com.

Danuska Guedes de Freitas Cavalcanti Bacharela em Arte e Mídia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Licenciada em Letras - Língua Inglesa - pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atua como Professora de Língua Inglesa no Instituto de Idiomas Yázigi e no Colégio Motiva, ambos em Campina Grande-PB. E-mail: danuskagfreitas@gmail.com.

Darlene do Socorro Del-Tetto Minervino Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá. Graduação em Formação Pedagógica para Formadores da Educação Profissional pela Universidade do Sul de Santa Catarina.

Especialização em Gestão Escolar, Gestão Ambiental. Mestre em Ciências da Educação. Líder do Grupo de pesquisa Qui-Educa.

Edwiges Francisca dos Santos Graduação em Pedagogia pela Fundação de Ensino Superior de Olinda (1999). Especialista em Administração Escolar e Planejamento Educacional UFPE (2002) e Especialista em Docência na Educação Infantil UFPE (2016). Atualmente é Coordenadora Pedagógica da Secretaria de Educação do Município de Igarassu e Professora da Secretaria de Educação de Itapissuma.

Elaine Cunha Vieira Graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Geografia (GRUPEGEO) do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão (PPGEEB/UFMA); Grupo de Estudos e Pesquisa em Edafologia e Pedologia (GEPEPE/UFMA); E-mail para contato: elai.cv@hotmail.com

Elis Regina de Araujo Almeida Graduanda do curso de Geografia Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); Grupo de Estudos e Pesquisa em Edafologia e Pedologia (GEPEPE/UFMA); E-mail para contato: elisgeoufma2015@gmail.com

Ellen Rose Galvão Helal Professora da Rede Pública Municipal de São Luís (MA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Santa Fé; Especialista em Docência na Educação Infantil pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Pós-graduada em Supervisão e Gestão Escolar pela Faculdade Santa Fé; E-mail para contato: ellenhelal@gmail.com

Fábio Wesley Marques dos Reis Graduação em Educação Física, em andamento, pelo Centro Universitário Facex- UNIFACEX; Bolsista PROIC (2017-2018) do Centro Universitário Facex – UNIFACEX.

Fernanda Antônia Barbosa da Mota Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Pedagogia (UFPI) pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: fabmota13@yahoo.com.br

Francisco das Chagas Silva Souza Possui graduação em História (UFPB), mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UERN) e doutorado em Educação (UFRN). É professor titular do IFRN, Campus de Mossoró, e líder do Grupo de Estudos em Ensino e Práticas Educativas (GENPE/IFRN) É professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino (IFRN/UERN/UFERSA) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado Profissional em Rede Nacional), Polo IFRN/Mossoró. Foi professor do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (IFRN/Natal) no período de 2013 a 2017. Desenvolve pesquisas nas áreas de História oral e memória, narrativas autobiográficas, história de vida e

autoformação, Educação Profissional, saberes docentes, formação e desenvolvimento docente, saberes escolares, história da educação, ensino de História.

Frizete de Oliveira Graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília com especialização em "Fundamentos Educativos para Formação de Professores da Educação Básica" e "Docência na Educação Infantil" oferecidos pela FE/UnB. É professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF atuando na Educação Infantil e professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás - UEG, onde ministra aulas na licenciatura em Matemática. Orientou vários Trabalhos de Conclusão de Curso. Tem experiência na área de Alfabetização, Educação de Jovens e Adultos e cursos de formação continuada para professores na área de Alfabetização e Letramento e gestão. Foi Formadora do programa do Governo Federal (PNAIC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2602819688875864>. E-mail: frizete_de_oliveira@hotmail.com

Irecer Portela Figueirêdo Santos Professora Assistente do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão. Mestrado em Saúde e Ambiente pela Universidade Federal do Maranhão. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Geografia (GRUPEGEO) do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão (PPGEEB/UFMA); Experiência na área de Geografia, com ênfase em Ensino de Geografia nos seguintes temas: educação geográfica, educação inclusiva em geografia, ensino de geografia, educação ambiental; E-mail para contato: irecerpfs@gmail.com

Jalmira Linhares Damasceno Professora da Universidade Federal da Paraíba –UFPB Campus III; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba; Grupo de pesquisa: Currículo e práticas educativas. Linha de pesquisa: Currículo e estudos da infância. E-mail para contato: jalmira@gmail.com;

Janaina Silva Pontes de Oliveira Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB Campus III ; Grupo de pesquisa: Currículo e práticas educativas. Linha de pesquisa: Currículo e estudos da infância. E-mail para contato: oliveirajanny@gmail.com

Jeorgeana Silva Barbosa Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB Campus III; Grupo de pesquisa: Currículo e práticas educativas. Linha de pesquisa: Currículo e estudos da infância. E-mail para contato: jeorgeanasb@hotmail.com

João Pedro Andrade da Silva Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB; E-mail para contato: peudeandrade@gmail.com;

Jorge Henrique Duarte Professor da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu (FACIG). Graduado em LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS COM HABILITAÇÃO EM MATEMÁTICA pela Fundação de Ensino Superior de Olinda (1985). Especialista em Ensino de Matemática pela UFPE (1996). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2002), na linha de Pesquisas em Didática de Conteúdos Específicos; E-mail: duartejhd@yahoo.com.br

José Santos Pereira Professor da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu (FACIG). Graduado em Curso de Formação de Professores em Crédito e Finanças (UFPE); Graduado em Pedagogia com Habilitação em Gestão Escolar e Magistério(FUNESO). Mestrado Profissional em Teologia com Área de Concentração em Ciências Religiosas (FATSCIRE)/Seminário Teológico da Arquidiocese Metropolitana de Olinda e Recife. Doutorado em Ciências da Educação com Área de Investigação em Inovação Pedagógica pela Universidade da Madeira-Funçal/Portugal, com revalidação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Grupo de Pesquisa Paulo Freire (O lugar da Interdisciplinaridade no discurso de Paulo Freire). e-mail: jsp55@terra.com.br

Joseilma Ramalho Celestino É graduada em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. É psicóloga Clínica, atuando no próprio consultório e dando consultorias a prefeituras e empresas. É especialista em Recursos Humanos pela Universidade Estadual da Paraíba e especialista em Desenvolvimento e Políticas Educativas pelo CINTEP-Faculdade Nossa Senhora de Lourdes/ BA. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Lisboa - Portugal. Doutoranda em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias /Lisboa -PT. Atuou e atua como professora e coordenadora de pós graduação/CINTEP-FNSL na cidade de Campina Grande - PB. Nos últimos desenvolve projetos que envolvem a formação e qualificação de professores no Estado da Paraíba.

Joyce Mariana Alves Barros Professora do Centro Universitário Facex - UNIFACEX; Professora de Educação Física do sistema público de ensino de Parnamirim- RN. Graduação em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestrado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Grupo de pesquisa: Membro do Grupo de Pesquisa Corpo e Cultura de Movimento – GEPEC. E-mail para contato: joycembarros@yahoo.com.br.

Kardenia Almeida Moreira Possui graduação em Pedagogia (UERN), especialização em Psicologia Escolar e da Aprendizagem (FIP-PB), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, na Linha de Pesquisa Formação Docente e Práticas Pedagógicas. Atuou como professora dos anos iniciais do ensino Fundamental (2007-2009) e como coordenadora pedagógica de um projeto de extensão da UERN (2009-2011), o Programa de Criança Petrobras. Desempenhou atividades de assessoria pedagógica no Programa de Criança Petrobras (2013) e de

docência no ensino superior na UERN (2010-2017), como professora colaboradora. Desenvolve pesquisas nas áreas de formação docente, atuação do pedagogo em diferentes contextos, gestão de processos educativos, educação escolar e não escolar, educação profissional.

Kátia Marília Tavares de Moura Martiniano Graduação em Pedagogia pela Universidade UNAVIDA-UVA; Grupo de pesquisa: Currículo e práticas educativas. Linha de pesquisa: Currículo e estudos da infância. E-mail para contato: katiahta10@hotmail.com

Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem Graduada em Letras Português pela Universidade Católica de Brasília (2000). Graduação em Letras Português/Espanhol pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira Pernambuco (2013). Especialização em Psicopedagogia Institucional pela FINOM (2009). Especialização em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Latino Americana de Educação (FLATED) em 2015. Concluiu (2011) o Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (UNB), com foco em Escola, Aprendizagem e Trabalho Pedagógico. É Doutoranda na Faculdade de Educação na Universidade de Brasília (UNB), tendo como orientadora a Prof.^a Dr.^a Stella Maris Bortoni-Ricardo. Atualmente é professora da Secretaria de Estado e Educação do DF. Foi Formadora do programa do Governo Federal (PNAIC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2676819525352515>. E-mail: Keila.nubia@hotmail.com

Maria Aparecida dos Santos Ferreira Professora do Curso de Licenciatura em Biologia. Membro do corpo docente do Programa e coordenadora da Pós Graduação Lato Sensu - Especialização em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Macau. Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Grupo de pesquisa: Política e Gestão da Educação, Na UFRN, Políticas de Educação Profissional Técnica e Tecnológica no IFRN.

Maria Carolina dos Santos Ferreira Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

Maria da Conceição Carrilho de Aguiar Professora da Universidade Federal de Pernambuco; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco; Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto; Pós-doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto; E-mail para contato: carrilho1513@gmail.com

Maria de Fátima Moraes de Souza Mestre em Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Lisboa –PT. Especialista em Formação do

Educador pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiências com mídias e educação, voltada para a formação de professores da educação básica. Atualmente é Gestora Escolar - Secretária Estadual da Educação, Esporte e Cultura e rede municipal da Prefeitura Municipal de Campina Grande -PB. Atua nas seguintes áreas: educação e tecnologias, ensino aprendizagem e internet, educação ambiental, sustentabilidade, meio ambiente, educação de jovens e adultos, comunidade escolar e etc.

Mário Luiz Farias Cavalcanti Professor e pesquisador do Departamento de Ciências Biológicas (DCB) do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II. Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual da Paraíba, mestre e doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: mariolfcavalcanti@yahoo.com.br.

Marlon Messias Santana Cruz Professor da Universidade do Estado da Bahia – Campus XII; Licenciado em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Especialização em Metodologia do Ensino e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer Pela Universidade Federal da Bahia - UFBA Mestrado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia; Grupo de pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer – AGENTE; E-mail: mmscruz@uneb.br

Neliane Alves de Freitas Graduação em Licenciatura em Informática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá-IFAP. Especialização em Educação Especial e Inclusiva cursado na Faculdade de Teologia e Ciências Humanas-FATECH

Patrícia Cristina de Aragão Araújo Professora da Universidade Estadual da Paraíba; Membro do Corpo Docente dos Programas de Pós Graduação em Formação de Professores e de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba; Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba e em História pela Universidade Federal da Paraíba; Mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba; Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena – Neabi-UEPB, membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos Comunitários da Infância e Juventude (NUPECIJ), sócia da ANPED, ANPUH e da Sociedade Brasileira de História da Educação.

Pedro Alves Castro Licenciado em Educação Física (UNEB- Campus XII); Especialista em Educação Física escolar (Uninter); Mestrando em Educação (UESB); Grupo de pesquisa Currículo e Formação Docente; E-mail: palvesdemolay@gmail.com

Pedro Lucio Barboza Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências - UFBA. Mestre em Educação – UFPB. Professor Pesquisador da Universidade Estadual da

Paraíba – UEPB no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências e Educação Matemática. E-mail para contato: plbcg@yahoo.com.br

Raylson Rodrigues dos Santos Graduando do curso de Geografia Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID (2016-2017); Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Geografia (GRUPEGEO) do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão (PPGEEB/UFMA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no cargo de Agente de Pesquisa e Mapeamento; E-mail para contato: raylsonrodrigues36@gmail.com

Renata da Costa Lima Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco; Bolsista de Pós-Graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); E-mail para contato: renata.ufpe@hotmail.com

Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti Professor da Universidade: FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE IGARASSU. Graduação em PEDAGOGIA pela Universidade CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP. Especialização em GESTÃO EDUCACIONAL pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO -UFPE. Doutorado em CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO NA LINHA DE INVESTIGAÇÃO EM INOVAÇÃO PEDAGÓGICA pela Universidade DA MADEIRA – UMa – EM FUNCHAL – PORTUGAL com revalidação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Grupo de pesquisa: O LUGAR DA INTERDISCIPLINARIDADE NO DISCURSO DE PAULO FREIRE. E-mail para contato: rjpuc@terra.com.br

Rita Aparecida Marques da Silva Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (2013), Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal de Viçosa (2016), mestranda em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. Atualmente participa do Grupo de Pesquisa Cotidianos em Devir e do Grupo de Estudos em Neurociências e Educação (GENE), ambos na Universidade Federal de Viçosa.

Rita de Cássia de Souza Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2006). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia, educação, história da educação, escola nova e indisciplina escolar.

Saulo José Veloso de Andrade Professor da Prefeitura Municipal de João Pessoa; Graduado em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba e em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba; Mestre em Formação de

Professores pela Universidade Estadual da Paraíba; Avaliador ad hoc da revista Educação e Cultura Contemporânea

Sebastião Carlos dos Santos Carvalho Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XII; Licenciatura em Educação Física pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL); Especialização em Educação Especial pela UNEB - Especialização em Gestão Cultural pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA); Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Grupo de pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer – AGENTE; E-mail: tiaocarvalho72@gmail.com

Sílvio César Lopes da Silva Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba e graduação em Filosofia pelo Centro Universitário Assunção; Mestrado Profissional em Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB; Especialista em Educação e em Linguística Aplicada. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em tecnologias, estudos etnográficos e redes sociais. Atua nas Linhas de pesquisa: Estudos etnográficos e formação docente (OPEM - Observatório de Pesquisas e Estudos Multidisciplinares - Pesquisador); e Processos Socioculturais e de Significação (GEMINI - Grupo de Estudos de Mídia - Análises e Pesquisas em Cultura, Processos e Produtos Midiáticos - estudante). Atualmente é professor da Educação Básica III no Estado da Paraíba.

Solange de Abreu Moura da Silva Pedagoga pela Universidade de Pernambuco - UPE (2007). Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu (2008). Especialista em Docência na Educação Infantil pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2016). Professora da Educação Infantil e do ensino fundamental. Foi Coordenadora Pedagógica do Centro Infantil Arthur Carlos de Melo (Igarassu) e atualmente exerce a função de Coordenadora da Educação Infantil do Município de Igarassu. Faz parte do Conselho de Educação de Igarassu e membro do Fórum Municipal de Educação no mesmo município. Exerce a função de Analista em Gestão Educacional no Estado de Pernambuco.

Thelma Helena Costa Chahini Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Membro do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Mestrado em Cultura e Sociedade PGCULT da UFMA; Graduação em Pedagogia pela Universidade UNAMA de Belém-PA; Doutorado em Educação pela UNESP de Marília; Pós Doutorado em Educação Especial pela UFSCar; E-mail para contato: thelmachahini@hotmail.com

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-80-6

